



CÓD:OP-073JL-22
7908403525126

TRT-PR

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

550 questões Gabaritadas-Oficial Judiciário

CADERNO GABARITADO

ÍNDICE

1. Língua Portuguesa	5
2. Matemática	35
3. Raciocínio-Lógico	47
4. Direito do Trabalho	65
5. Direito Processual do Trabalho	85
6. Direito Civil	101
7. Direito Processual Civil	111
8. Direito Constitucional	121
9. Direito Administrativo	139

LÍNGUA PORTUGUESA

LÍNGUA PORTUGUESA

1.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 3ª REGIÃO)/ APOIO ESPECIALIZADO/CONTABILIDADE/2015 (E MAIS 2 CONCURSOS)

Está redigida corretamente, quanto à ortografia e à acentuação gráfica, a frase:

(A) A louza tradicional foi substituída por uma exposição em PowerPoint na aula que teve como expectadores uma equipe de insígnies cientistas chineses.

(B) O intuito da aula de Xiaomei consistiu em exibir as habilidades da robô, que, além de dispor de um notável repertório de informações, traz funções de interação.

(C) O evento ocorrido na Universidade Jiujiang deve suscitar não apenas a curiosidade dos sinólogos, estudiosos da cultura chinesa, mas do público de um modo geral.

(D) Xiaomei concluiu sua aula de maneira exitosa e os cientistas julgaram que a robô não teve um mal desempenho, embora ainda existam alguns itens a ser aprimorados.

(E) O juri de cientistas que examinaram a atuação de Xiaomei era restrito, mas, graças às redes sociais, a notícia da robô se estendeu rapidamente pelo mundo todo.

2.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 19ª REGIÃO)/ APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2011 (E MAIS 1 CONCURSO)

Quanto à ortografia, há INCORREÇÕES na frase:

(A) O crescimento da classe C tem tido uma importância incomensurável para o comércio, mas vem ocasionando também uma elevação na taxa de inadimplência, o que é perturbador.

(B) Milhões de pessoas têm sido beneficiadas com o crescimento econômico que se vê no país, saltando da classe D para a C, algo que há poucos anos não pareceria factível.

(C) Alguns especialistas vêm disseminando a teoria de que, a partir da distribuição de riqueza por meio da geração de milhões de novos empregos, a classe E deixe de existir.

(D) Os “consumidores emergentes”, como vêm sendo chamados os novos integrantes da classe C, ainda têm dificuldade em poupar e adquirem grande parcela de produtos a crédito.

(E) Sabe-se que a ascensão da classe D tem proporcionado um aumento expressivo do consumo de bens duráveis, o que pode acelerar sobremaneira esse mercado.

3.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 19ª REGIÃO)/ APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2011)

Atenção: Para responder à questão, considere o texto seguinte.

Começamos a nos dar conta de que, no que se refere ao mesmo serviço, a oferta online é preferida pelos consumidores à oferta local, e isso em todos os domínios. Tudo o que está online conhecerá um desenvolvimento rápido, geralmente em detrimento das ofertas puramente locais, e pela simples razão de que o ciberespaço oferece globalmente mais escolhas, por um preço melhor. A menos que reinventem radicalmente os serviços que oferecem, as pequenas lojas tenderão a desaparecer, salvo aquelas que prestam um serviço original ou difícil de virtualizar.

(Adaptado de: Pierre Lévy. A conexão planetária. Trad. Maria Lúcia Homem e Ronaldo Entler. São Paulo, Ed. 34, 2003, p. 52)

Estão grafadas corretamente todas as palavras da frase:

(A) O mercado mais atraente é necessariamente aquele que possui mais produtos disponíveis.

(B) Com o advento da internet, deparamos com uma imensa cidade virtual, onde há os melhores preços do mercado.

(C) A escassez de mercadorias no campo foi determinante para explicar o porque dos homens se agruparem nas cidades.

(D) As empresas virtuais vêm se tornando concorrentes desleais das que se encontram no mundo físico.

(E) O mercado de relacionamentos virtuais assistiu a um avanço discomunal com a consolidação da internet.

4.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 16ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/2009 (E MAIS 2 CONCURSOS)

Atenção: A questão baseia-se no texto apresentado abaixo.

O país é o mesmo. O dia, mês e ano também. Brasil, 28 de abril de 2009. No Rio Grande do Sul, o índice de chuvas está 96% abaixo do que seria normal neste período. A taxa de umidade despencou para menos de 20%, enquanto o saudável é praticamente o dobro. Tudo é seca e insolação. Brasil, 28 de abril de 2009. No Piauí os moradores enfrentam as piores cheias dos últimos 25 anos. Chove sem parar. Cidades estão ilhadas. Cerca de 100 mil pessoas ficaram desabrigadas.

“O tempo anda louco”, eis a frase leiga e padrão que mais se fala e mais se ouve nas queixas em relação às radicais discrepâncias climáticas. Vale para o Norte e Nordeste do país, vale para a região Sul também. A mais nova e polêmica explicação para tais fenômenos é uma revolucionária teoria sobre as chuvas, chamada “bomba biótica”, e pode mudar os conceitos da meteorologia tradicional.

Olhemos, agora, por exemplo, não para a loucura do tempo em um único país, mas sim para a “loucura a dois”. Por que chove tanto em algumas regiões distantes da costa, como no interior da Amazônia, enquanto países como a Austrália se transformam em deserto? Dois cientistas russos sustentam, embasados na metodologia da bomba biótica, que as florestas são responsáveis pela criação dos ventos e a distribuição da chuva ao redor do planeta – como uma espécie de coração que bombeia a umidade. Esse modelo questiona a meteorologia convencional, que explica a movimentação do ar sobretudo pela diferença de temperatura entre os oceanos e a terra. Ao falarem de chuva aqui e de seca acolá, eles acabam falando de um dos mais atuais e globalizados temas: a devastação das matas.

Para o biogeoquímico Donato Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e principal proponente da linha da bomba biótica no Brasil, somente ela é que explica com clareza a contradição entre a seca e a aridez que estão minguando as lavouras na região Sul e as chuvas intensas que transbordam o Norte e o Nordeste.

De acordo, porém, com o professor americano David Adams, da Universidade do Estado do Amazonas, os físicos russos estão supervalorizando a força da bomba biótica.

(Adaptado de *Maira Magro. Istoé, 6/5/2009, p. 98-99*)

A frase em que há palavras escritas de modo INCORRETO é:

- (A) Alguns estudiosos reagem com sensatez às recentes explicações, considerando se o papel da bomba biótica é realmente crucial na circulação do ar.
- (B) Se for comprovada a correção da nova teoria, a preservação das florestas torna-se essencial para garantir a qualidade de vida em todo o planeta.

(C) O desmatamento indiscriminado, que reduz os índices de chuvas e altera o ciclo das águas, pode transformar um continente em um extenso e inabitável deserto.

(D) Com ventos mais próximos ao mar, o ar úmido resultante da evaporação da água do oceano é puxado para o continente, distribuindo a chuva ao redor do planeta.

(E) A aridez que sempre caracterizou as paisagens do Nordeste brasileiro aparece agora, para assombro de todos, na região Sul, comprometendo as safras de grãos.

5.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/ JUDICIÁRIA/“SEM ESPECIALIDADE”/2007 (E MAIS 12 CONCURSOS)

Atenção: A questão refere-se ao texto que segue.

Da ação dos justos

Em recente entrevista na TV, uma conhecida e combativa juíza brasileira citou esta frase de Disraeli*: “É preciso que os homens de bem tenham a audácia dos canalhas”. Para a juíza, o sentido da frase é atualíssimo: diz respeito à freqüente omissão das pessoas justas e honestas diante das manifestações de violência e de corrupção que se multiplicam em nossos dias e que, felizmente, têm chegado ao conhecimento público e vêm sendo investigadas e punidas. A frase propõe uma ética atuante, cujos valores se materializem em reação efetiva, em gestos de repúdio e medidas de combate à barbárie moral. Em outras palavras: que a desesperança e o silêncio não tomem conta daqueles que pautam sua vida por princípios de dignidade.

Como não concordar com a oportunidade da frase? Normalmente, a indignação se reduz a conversas privadas, a comentários pessoais, não indo além de um mero discurso ético. Se não transpõe o limite da queixa, a indignação é impotente, e seu efeito é nenhum; mas se ela se converte em gesto público, objetivamente dirigido contra a arrogância acanhada, alcança a dimensão da prática social e política, e gera conseqüências.

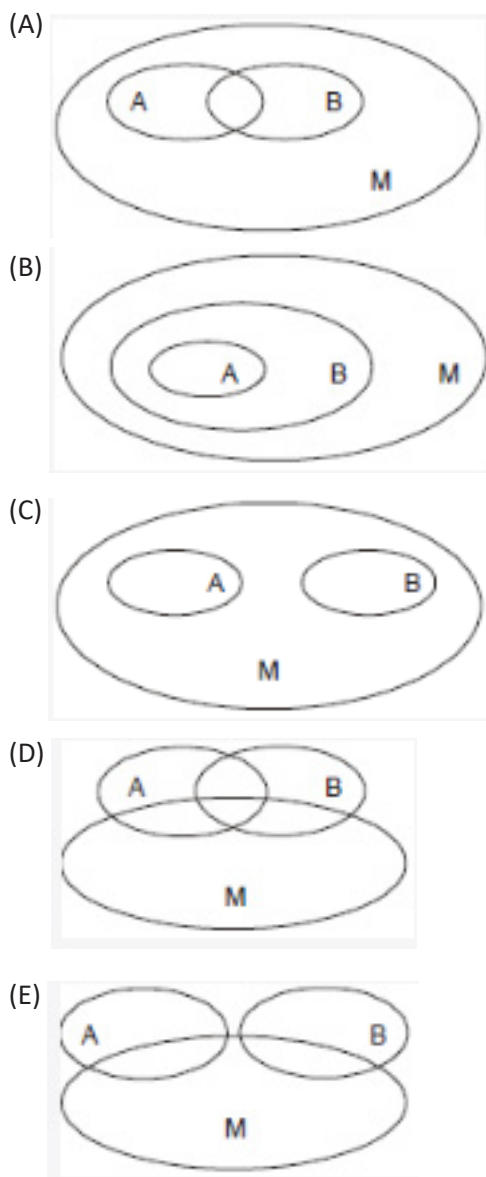
A frase lembra-nos que não costuma haver qualquer hesitação entre aqueles que se decidem pela desonestidade e pelo egoísmo. Seus atos revelam iniciativa e astúcia, facilitadas pela total ausência de compromisso com o interesse público. Realmente, a falta de escrúpulo aplaina o caminho de quem não confronta o justo e o injusto; por outro lado, muitas vezes faltam coragem e iniciativa aos homens que conhecem e mantêm viva a diferença entre um e outro. Pois que estes a deixem clara, e não abram mão de reagir contra quem a ignore.

MATEMÁTICA

MATEMÁTICA

1. (FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 9ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2004)

Denota-se respectivamente por A e B os conjuntos de todos atletas da delegação olímpica argentina e brasileira em Atenas, e por M o conjunto de todos os atletas que irão ganhar medalhas nessas Olimpíadas. O diagrama mais adequado para representar possibilidades de intersecção entre os três conjuntos é



2. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 6ª REGIÃO)/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Em uma empresa com 120 funcionários, 42 recebem vale-transporte e 95 recebem vale-refeição. Sabendo que todos os funcionários da empresa recebem ao menos um desses dois benefícios, o total de funcionários que recebem ambos os benefícios é igual a

- (A) 25.
- (B) 17.
- (C) 15.
- (D) 19.
- (E) 20.

3. (FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 6ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Em um determinado departamento, todos os funcionários são ou advogados, ou economistas, ou advogados e economistas. Sabe-se que 5 funcionários são apenas economistas, e que 15 funcionários são advogados, sendo que parte destes também são economistas. Se 45% dos funcionários desse departamento são advogados e economistas, então o número de funcionários do departamento que são apenas advogados é igual a

- (A) 7.
- (B) 8.
- (C) 4.
- (D) 5.
- (E) 6.

4. (FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 9ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2004)

Uma empresa divide-se unicamente nos departamentos A e B. Sabe-se que 19 funcionários trabalham em A, 13 trabalham em B e existem 4 funcionários que trabalham em ambos os departamentos. O total de trabalhadores dessa empresa é

- (A) 36
- (B) 32
- (C) 30
- (D) 28
- (E) 24

5. (FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 9ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2004)

O resultado de uma pesquisa com os funcionários de uma empresa sobre a disponibilidade para um dia de jornada extra no sábado e/ou no domingo, é mostrado na tabela abaixo:

Disponibilidade	Número de funcionários
apenas no sábado	25
no sábado	32
no domingo	37

Dentre os funcionários pesquisados, o total que manifestou disponibilidade para a jornada extra "apenas no domingo" é igual a

- (A) 7
- (B) 14
- (C) 27
- (D) 30
- (E) 37

6. (FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 6ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/2006)

Se x e y são números inteiros tais que x é par e y é ímpar, então é correto afirmar que

- (A) $x + y$ é par.
- (B) $x + 2y$ é ímpar.
- (C) $3x - 5y$ é par.
- (D) $x \cdot y$ é ímpar.
- (E) $2x - y$ é ímpar.

7. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 6ª REGIÃO)/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Um Analista Judiciário precisa distribuir certo número de tarefas por 17 funcionários. Distribuindo-se 13 tarefas por funcionário irão sobrar 4 tarefas sem serem distribuídas entre os funcionários. Se a mesma quantidade de tarefas fosse distribuída igualmente por 24 funcionários, cada funcionário receberia 9 tarefas e sobriariam, sem serem distribuídas entre os funcionários, um total de tarefas igual a

- (A) 3.
- (B) 7.
- (C) 9.
- (D) 6.
- (E) 8.

8. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 9ª REGIÃO)/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2015)

Um escritório comprou canetas, corretivos e arquivos pagando por cada unidade, respectivamente, R\$ 1,00, R\$ 3,00 e R\$ 10,00. Sabendo-se que o gasto total na compra foi de R\$ 220,00 e que foram adquiridos ao menos uma unidade de cada produto, é necessariamente correto concluir que a compra incluiu, no

- (A) máximo, 70 corretivos.
- (B) máximo, 203 canetas.
- (C) máximo, 21 arquivos.
- (D) mínimo, 2 corretivos.
- (E) mínimo, 2 canetas.

9. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 5ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/2013)

Nas somas mostradas a seguir, alguns dígitos do nosso sistema de numeração foram substituídos por letras. No código criado, cada dígito foi substituído por uma única letra, letras iguais representam o mesmo dígito e letras diferentes representam dígitos diferentes.

$$\begin{array}{ll} P + P = S & H + H = U \\ S + S = H & M + M = PS \end{array}$$

Utilizando o mesmo código, pode-se deduzir que o resultado da soma $S + H$ é igual a

- (A) P.
- (B) M.
- (C) U.
- (D) PH.
- (E) SM.

10. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 9ª REGIÃO)/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2013)

Em uma loja de bijuterias, todos os produtos são vendidos por um dentre os seguintes preços: R\$ 5,00, R\$ 7,00 ou R\$ 10,00. Márcia gastou R\$ 65,00 nessa loja, tendo adquirido pelo menos um produto de cada preço. Considerando apenas essas informações, o número mínimo e o número máximo de produtos que Márcia pode ter comprado são, respectivamente, iguais a

- (A) 9 e 10.
- (B) 8 e 11.
- (C) 8 e 10.
- (D) 9 e 13.
- (E) 7 e 13.

RACIOCÍNIO LÓGICO

RACIOCÍNIO-LÓGICO

1. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 9ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2004)

Admita que, a cada semana, um processo seja arquivado em um fórum. Uma proposição aberta, com x sendo um número natural, equivalente à sentença interrogativa "em quantas semanas são arquivados mais de 210 processos nesse fórum?" é:

- (A) $210x > 7$
- (B) $210x = 7$
- (C) $7 + x = 210$
- (D) $7x = 210$
- (E) $7x > 210$

2. (FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 7ª REGIÃO)/APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2009)

Duas proposições combinadas que traduzem tanto a idéia de hipóteses mutuamente exclusivas quanto à de que pelo menos uma das hipóteses ocorra, representam uma operação lógica denominada

- (A) bicondicional.
- (B) condicional.
- (C) negação.
- (D) conjunção.
- (E) disjunção.

3. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 6ª REGIÃO)/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2012)

Um mecânico sabe que todo veículo de determinada marca, quando apresenta algum problema no sistema de freios, automaticamente aciona um bloqueio que impede que seja dada a partida no veículo. Dois veículos X e Y dessa marca foram levados à oficina desse mecânico com algum problema. No veículo X, a partida podia ser dada normalmente, mas no veículo Y ela estava bloqueada. A partir dessas informações, o mecânico concluiu que

- (A) tanto o veículo X quanto o veículo Y certamente apresentavam algum problema no sistema de freios.
- (B) o veículo X podia ou não apresentar algum problema no sistema de freios, enquanto que o veículo Y certamente apresentava.

(C) o veículo X certamente não apresentava problema no sistema de freios, mas o veículo Y certamente apresentava.

(D) o veículo X certamente não apresentava problema no sistema de freios, enquanto que o veículo Y podia ou não apresentar.

(E) tanto o veículo X quanto o veículo Y certamente não apresentavam qualquer problema no sistema de freios.

4. (FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 9ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2004)

Leia atentamente as proposições P e Q:

P: o computador é uma máquina.

Q: compete ao cargo de técnico judiciário a construção de computadores.

Em relação às duas proposições, é correto afirmar que

- (A) a proposição composta "P ou Q" é verdadeira.
- (B) a proposição composta "P e Q" é verdadeira.
- (C) a negação de P é equivalente à negação de Q.
- (D) P é equivalente a Q.
- (E) P implica Q.

5. (FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 9ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2004)

Leia atentamente as proposições simples P e Q:

P: João foi aprovado no concurso do Tribunal.

Q: João foi aprovado em um concurso.

Do ponto de vista lógico, uma proposição condicional correta em relação a P e Q é:

- (A) Se não Q, então P.
- (B) Se não P, então não Q.
- (C) Se P, então Q.
- (D) Se Q, então P.
- (E) Se P, então não Q.

6. (FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 9ª REGIÃO)/APOIO ESPECIALIZADO/INFORMÁTICA/2004)

Considere a seguinte proposição: “na eleição para a prefeitura, o candidato A será eleito ou não será eleito”.

Do ponto de vista lógico, a afirmação da proposição caracteriza

- (A) um silogismo.
- (B) uma tautologia.
- (C) uma equivalência.
- (D) uma contingência.
- (E) uma contradição.

7. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 5ª REGIÃO)/JUDICIÁRIA/“SEM ESPECIALIDADE”/2013)

Devido à proximidade das eleições, foi decidido que os tribunais eleitorais deveriam funcionar, em regime de plantão, durante um determinado domingo do ano. Em relação a esse plantão, foi divulgada a seguinte orientação:

“Se todos os processos forem analisados até às 11 horas, então o plantão será finalizado nesse horário.”

Considere que a orientação foi cumprida e que o plantão só foi finalizado às 18 horas. Então, pode-se concluir que, necessariamente,

- (A) nenhum processo foi analisado até às 11 horas.
- (B) todos os processos foram analisados até às 11 horas.
- (C) pelo menos um processo terminou de ser analisado às 18 horas.
- (D) todos os processos foram analisados até às 18 horas.
- (E) pelo menos um processo não foi analisado até às 11 horas.

8. (FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 5ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/2013)

Analisando a tabela de classificação do campeonato de futebol amador do bairro antes da realização da última rodada, o técnico do União concluiu que, caso seu time vencesse sua última partida ou o time do Camisa não ganhasse seu último jogo, então o União seria campeão. Sabendo que o União não se sagrou campeão, pode-se concluir que, necessariamente,

- (A) o Camisa perdeu seu jogo e o União perdeu o seu.
- (B) o Camisa venceu seu jogo e o União venceu o seu.
- (C) o Camisa empatou seu jogo e o União empatou ou perdeu o seu.
- (D) o Camisa empatou seu jogo e o União venceu o seu.
- (E) o Camisa venceu seu jogo e o União empatou ou perdeu o seu.

9. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 5ª REGIÃO)/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2013)

Leia a instrução fictícia reproduzida a seguir e suponha que ela seja sempre cumprida.

“Sempre que um Oficial de Justiça executar uma intimação, ele deverá estar acompanhado por um Policial Federal.”

Nessas condições, é correto concluir que, necessariamente,

- (A) os Oficiais de Justiça deverão estar acompanhados por um Policial Federal durante todo seu horário de trabalho.
- (B) um Oficial de Justiça só deverá solicitar o acompanhamento de um Policial Federal quando for executar uma intimação.
- (C) sempre que um Oficial de Justiça estiver acompanhado por um policial, ele deverá estar executando uma intimação.
- (D) se um Oficial de Justiça não estiver executando uma intimação, então ele não poderá estar acompanhado por um Policial Federal.
- (E) se um Oficial de Justiça não estiver acompanhado por um Policial Federal, então ele não estará executando uma intimação.

10. (FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 9ª REGIÃO)/APOIO ESPECIALIZADO/INFORMÁTICA/2004)

De acordo com a legislação, se houver contratação de um funcionário para o cargo de técnico judiciário, então ela terá que ser feita através concurso. Do ponto de vista lógico, essa afirmação é equivalente a dizer que

- (A) se não houver concurso, então não haverá contratação de um funcionário para o cargo de técnico judiciário.
- (B) se não houver concurso, então haverá contratação de um funcionário para o cargo de técnico judiciário.
- (C) se não houver contratação de um funcionário para o cargo de técnico judiciário, então haverá concurso.
- (D) se não houver contratação de um funcionário para o cargo de técnico judiciário, então não houve concurso.
- (E) se houver contratação de um funcionário para o cargo de técnico judiciário, então não haverá concurso.

11. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 9ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/“SEM ESPECIALIDADE”/2004)

Em uma declaração ao tribunal, o acusado de um crime diz:

“No dia do crime, não fui a lugar nenhum. Quando ouvi a campainha e percebi que era o vendedor, eu disse a ele: – hoje não compro nada. Isso posto, não tenho nada a declarar sobre o crime.”

DIREITO DO TRABALHO

DIREITO DO TRABALHO

1. FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 6ª REGIÃO)/JUDICIÁRIA/»SEM ESPECIALIDADE»/2018

Invocando a regra da condição mais benéfica ao empregado, que se insere no princípio da proteção peculiar ao Direito do Trabalho, é correto afirmar:

- (A) Havendo conflito entre duas normas jurídicas, prevalece a mais favorável ao empregado.
- (B) Havendo dúvida quanto ao alcance da norma tutelar, julga-se a favor do empregado.
- (C) As normas legais não prevalecem diante de normas instituídas por convenção ou acordo coletivo, por terem estas destinação mais específica.
- (D) A supressão de direitos trabalhistas instituídos por regulamento de empresa só alcança os empregados admitidos posteriormente.
- (E) As condições estabelecidas em convenção coletiva de trabalho, quando mais favoráveis, prevalecem sobre as estipuladas em acordo.

2. FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 2ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2018 (E MAIS 16 CONCURSOS)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- (A) garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, apenas para os que percebem remuneração fixa.
- (B) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, independentemente de incorrer em dolo ou culpa.
- (C) igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador autônomo.
- (D) assistência gratuita aos filhos desde o nascimento até 6 anos de idade em creches e pré-escolas.
- (E) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

3. FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 6ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/»SEM ESPECIALIDADE»/2018

O artigo 8º da Consolidação das Leis do Trabalho elenca algumas fontes subsidiárias ou supletivas do Direito do trabalho, NÃO se incluindo

- (A) direito comparado.
- (B) jurisprudência.
- (C) analogia.
- (D) usos e costumes.
- (E) convenção coletiva de trabalho.

4. FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 2ª REGIÃO)/JUDICIÁRIA/»SEM ESPECIALIDADE»/2018

Acerca das fontes do Direito do Trabalho, considere:

I. As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, apenas pela jurisprudência, por analogia, por equidade, pelo direito comparado e outros princípios e normas gerais de direito, admitindo-se, excepcionalmente, que um interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público.

II. Súmulas e outros enunciados de jurisprudência editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho não poderão restringir direitos legalmente previstos nem criar obrigações que não estejam previstas em lei.

III. No exame de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, a Justiça do Trabalho, além de analisar a conformidade dos elementos essenciais do negócio jurídico (agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei), poderá anular cláusulas coletivas com base em juízos de valor sobre o pactuado, balizando sua atuação pelo princípio da intervenção adequada na autonomia da vontade coletiva.

Está correto o que se afirma **APENAS** em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) I e II.

5. FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 15ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/»SEM ESPECIALIDADE»/2018

No Direito do Trabalho, as sentenças normativas da Justiça do Trabalho, os costumes e a Convenção Coletiva de Trabalho são classificados, respectivamente, como fontes:

- (A) formal autônoma, material heterônima e formal autônoma.
- (B) material autônoma, formal heterônima e formal autônoma.
- (C) formal autônoma, material heterônima e material heterônima.
- (D) material heterônima, formal autônoma e material heterônima.
- (E) formal heterônima, formal autônoma e formal autônoma.

6. FCC - Analista Judiciário (TRT 6ª Região)/Judiciária/»Sem Especialidade»/2018

Visando apurar desvios que estão ocorrendo no setor de compras da empresa, o Gerente responsável contrata empresa de auditoria e a autoriza a utilizar um polígrafo (detector de mentiras) para apurar quais empregados estavam prestando informações erradas à investigação. A situação concreta apontada

- (A) inclui-se no poder de direção do empregador, mais especificamente no poder de controle, sendo autorizada pelo ordenamento jurídico, desde que não exponha os empregados a situação vexatória.
- (B) inclui-se no poder de direção do empregador, mais especificamente no poder disciplinar, sendo autorizada pelo ordenamento jurídico de forma ampla.
- (C) inclui-se no poder de direção do empregador, mais especificamente no poder de organização, mas somente terá validade se os questionamentos realizados por meio do polígrafo restringirem-se a questões de trabalho, não abrangendo questionamentos sobre a vida privada dos empregados.
- (D) viola a intimidade e a vida privada dos empregados, tendo em vista que a utilização do polígrafo está sendo feita por terceiro, alheio à relação de emprego, a quem não é atribuído o poder de direção, que é inerente à figura do empregador.
- (E) viola a intimidade e a vida privada dos empregados, causando danos à sua honra e à sua imagem, uma vez que a utilização do polígrafo extrapola o exercício do poder diretivo do empregador, por não ser reconhecido pelo ordenamento jurídico brasileiro como forma de controle de empregados.

7. FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 6ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/»SEM ESPECIALIDADE»/2018

O requisito essencial previsto em lei para caracterizar uma relação como sendo de emprego e que não precisa se verificar em qualquer relação de trabalho é a

- (A) exclusividade.
- (B) ausência de onerosidade.
- (C) subordinação jurídica.
- (D) boa-fé contratual objetiva.
- (E) autonomia privada coletiva.

8. FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 2ª REGIÃO)/ JUDICIÁRIA/»SEM ESPECIALIDADE»/2018

Acerca do teletrabalho, de acordo com a legislação vigente,

- (A) somente dependerão de previsão em contrato escrito as disposições relativas ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, podendo aquelas que dizem respeito à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto ser negociadas por qualquer meio, inclusive verbalmente.
- (B) considera-se teletrabalho a prestação de serviços realizada integralmente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação, ainda que possa, por sua natureza, ser considerada como trabalho externo.
- (C) o comparecimento às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento descaracteriza por completo o regime de teletrabalho.
- (D) a prestação de serviços na modalidade de teletrabalho deverá constar expressamente do contrato individual de trabalho, que especificará as atividades que serão realizadas pelo empregado.
- (E) o empregador, a seu exclusivo critério, poderá instruir os empregados, de maneira expressa, tácita, por escrito ou verbalmente, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho.

9. FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 15ª REGIÃO)/ JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2018

Gerson foi contratado em 19/02/2018 pela empresa Oba Oba Festas e Eventos Ltda., na modalidade de trabalho intermitente. Por se tratar de forma nova de contratação, Gerson tem dúvidas em relação às consequências caso recuse a oferta de trabalho pelo empregador. Considerando o que prevê a Lei nº 13.467/2017, a

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) A Consolidação das Leis do Trabalho apresenta um rol dos recursos admitidos no Processo Judiciário do Trabalho, dentre os quais estão incluídos

(A) embargos no Tribunal Superior do Trabalho de decisão não unânime de julgamento que homologar conciliação em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho.

(B) agravos de instrumentos retidos para decisões interlocutórias que possam gerar nulidade processual.

(C) embargos infringentes para turma recursal de primeira instância nas ações que tramitam pelo rito sumário.

(D) apelações contra acórdão do Tribunal Regional onde não houve unanimidade na Turma.

(E) recursos especiais para o Superior Tribunal de Justiça em caso de ofensa literal à Constituição Federal.

2. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Conforme normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho quanto à sentença, coisa julgada e liquidação,

(A) no caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão irrecorrível para partes e terceiros, visto que reproduz a livre vontade dos litigantes, com a chancela do Estado-Juiz.

(B) as partes serão intimadas da sentença proferida em reclamação trabalhista que tramita pelo rito sumaríssimo na própria audiência em que prolatada, como regra.

(C) não há previsão para liquidação da sentença trabalhista por arbitramento, mas apenas por cálculos ou por artigos.

(D) na liquidação da sentença, excepcionalmente, poder-se-á discutir matéria pertinente à causa principal, inovando a sentença liquidanda, quando houve omissão no julgado em relação a um dos pedidos principais.

(E) elaborada a conta e tornada líquida, o juiz deverá abrir prazo comum de, no máximo, 5 dias para que as partes se manifestem, não havendo preclusão, pois a matéria relativa aos itens e valores poderá ser rediscutida em sede de embargos à execução.

3. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Segundo as normas processuais trabalhistas sobre o procedimento sumaríssimo,

(A) todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, desde que requeridas previamente, no prazo de 48 horas que antecede a sessão.

(B) tanto a citação por hora certa como a por edital deverão conter a correta indicação do nome e endereço do reclamado.

(C) os dissídios individuais e coletivos que não excedam sessenta vezes o salário mínimo vigente na data do fato gerador do pedido ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.

(D) as testemunhas, até o máximo de duas para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.

(E) se uma das partes apresentar documentos em audiência a parte contrária terá o prazo sumário de 24 horas para se manifestar, devendo, necessariamente, ser adiada a audiência para o prazo máximo de 5 dias.

4. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) No início da audiência designada em reclamação trabalhista, por não ter convidado nenhuma testemunha e prevendo o seu insucesso, o autor Hércules provocou um incidente tumultuário ameaçando o Juiz auxiliar da Vara de Lucas do Rio Verde e declarando, em público, que era inimigo pessoal do magistrado. Em razão do ocorrido, o patrono do autor apresentou no ato exceção de suspeição do referido Juiz, postulando o adiamento da audiência, para que não fosse configurada nulidade processual. Nessa situação, conforme disposição legal, o magistrado deve

(A) rejeitar a exceção, visto que a exceção de suspeição e a nulidade não serão pronunciadas quando o recusante da suspeição tenha procurado de propósito o motivo de que ela se originou e a nulidade for arguida por quem lhe der causa.

(B) acolher a exceção e se declarar suspeito apenas para o julgamento, prosseguindo a audiência, colhendo o depoimento das partes e a oitiva das testemunhas presentes da reclamada e remetendo o julgamento para o Juiz titular da Vara.

(C) adiar a audiência acolhendo a suspeição, mesmo que o recusante da suspeição tenha procurado de propósito o motivo de que ela se originou e a alegada nulidade tenha sido arguida por quem lhe deu causa.

(D) prosseguir a audiência por não haver previsão legal tanto para a alegada exceção de suspeição do Juiz, bem como quanto à arguição por quem deu causa da nulidade.

(E) adiar a audiência para que haja instrução da suspeição designando nova audiência em 05 dias para que o Juiz Titular da Vara aprecie a admissibilidade da exceção e, após, remeta ao Tribunal para julgá-la.

5. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Agatha, empregada doméstica, ingressou com reclamação trabalhista em face da sua empregadora Isis, de forma verbal sem a assistência de advogado, postulando o pagamento de férias com 1/3. O pedido foi julgado procedente e a reclamada sucumbente interpôs recurso ordinário. A autora foi intimada para apresentar contrarrazões. No caso, conforme previsão legal e entendimento sumulado do TST,

(A) a autora não pode exercer o jus postulandi para contrarrazoar perante o Tribunal Regional.

(B) nenhuma das partes pode utilizar o jus postulandi em fase recursal.

(C) ambas podem exercer o jus postulandi para recorrer e contrarrazoar o recurso ordinário perante o Tribunal Regional.

(D) apenas por se tratar de reclamação de empregado doméstico as partes podem exercer o jus postulandi em todas as fases e instâncias do processo.

(E) por se tratar de condenação de pessoa física, a reclamada pode exercer o jus postulandi para o recurso ordinário, o mesmo não ocorrendo à autora que foi vencedora.

6. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) A sociedade de economia mista DIEPAX Medicamentos foi condenada ao pagamento de horas extraordinárias em processo movido por seu empregado. Na mesma decisão, foi acolhido o pedido de responsabilidade subsidiária do segundo reclamado, o Município de Cuiabá e condenação em custas processuais. A isenção das custas processuais abrange

(A) apenas a sociedade de economia mista.

(B) apenas o Município.

(C) nenhuma das reclamadas.

(D) as duas reclamadas.

(E) apenas o réu principal em caso de condenação subsidiária, devendo o Município efetuar o recolhimento.

7. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) A Constituição Federal do Brasil prevê que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado. Sobre a organização do órgão na área trabalhista,

(A) será exercida por membros do Ministério Público Federal e na sua falta pelo Ministério Público Federal, ante a falta de previsão de órgão específico na área trabalhista.

(B) o chefe do Ministério Público do Trabalho é o Procurador Geral da Justiça, sendo eleito e sabatinado pelo Congresso Nacional.

(C) o chefe da Procuradoria Regional do Trabalho será designado dentre os Procuradores Regionais do Trabalho lotados na respectiva Procuradoria Regional.

(D) o Colégio de Procuradores do Trabalho será presidido pelo Corregedor-Geral do Ministério Público do Trabalho, composto pelos Procuradores Regionais do Trabalho.

(E) o Corregedor-Geral do Ministério Público do Trabalho será eleito de forma direta por voto dos Subprocuradores-Gerais do Trabalho e dos Procuradores Regionais do Trabalho.

8. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Os prazos processuais previstos no Processo Judiciário do Trabalho contam-se

(A) a partir do dia imediatamente seguinte à data em que foi feita a notificação.

(B) 48 horas após a data em que foi feita a publicação do edital no jornal oficial.

(C) 10 dias após a data em que foi feita a publicação do edital na sede da Vara ou Tribunal.

(D) 48 horas após a data em que foi recebida a notificação por oficial de justiça.

(E) com a exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.

9. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) O advogado da reclamada Fênix Produtora, por ocasião da audiência UNA, apresentou a contestação da ré, bem como reconvenção, por meio da qual pretendeu a devolução de ferramentas de trabalho da empresa que ficaram em posse do empregado após a rescisão contratual. Nessa situação,

DIREITO CIVIL

DIREITO CIVIL

1. FCC ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 6ª REGIÃO)/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2018

No tocante à personalidade e à capacidade, conforme previsão do Código Civil, é correto afirmar:

- (A) A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, de maneira absoluta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura da sucessão provisória.
- (B) A personalidade civil da pessoa começa com o registro de seu nascimento no Cartório competente.
- (C) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os ébrios habituais e os viciados em tóxicos.
- (D) Entre outros, são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- (E) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, exclusivamente na hipótese da extrema possibilidade de morte de quem se encontrava em perigo de vida.

2. FCC ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 15ª REGIÃO)/JUDICIÁRIA/»SEM ESPECIALIDADE»/2018

Em relação à capacidade, considerando o que dispõe o Código Civil,

- (A) por disposição expressa, a personalidade civil da pessoa começa com sua concepção.
- (B) são absolutamente incapazes aqueles que, por causa transitória ou permanente, como o estado de coma, não puderem exprimir sua vontade.
- (C) entre outras hipóteses, cessará, para os menores, a incapacidade, pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezoito anos completos.
- (D) a comoriência, isto é, a morte de duas ou mais pessoas na mesma ocasião, resolve-se na presunção de que a mais velha morreu primeiro, se não for possível provar quem faleceu em primeiro lugar.

(E) a morte presumida exige sempre a decretação da ausência, que se dá quando a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva.

3. FCC ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 21ª REGIÃO)/JUDICIÁRIA/2017

João se tornou órfão de ambos os pais no dia 01 de junho de 2017, colou grau em curso de ensino superior no dia 02 de julho de 2017, entrou em exercício de emprego público efetivo no dia 03 de agosto de 2017, casou-se no dia 04 de setembro de 2017 e completou dezoito anos de idade no dia 05 de outubro de 2017.

Nesse caso, de acordo com o Código Civil, a incapacidade de João cessou no dia

- (A) 1 de junho de 2017.
- (B) 3 de agosto de 2017.
- (C) 2 de julho de 2017.
- (D) 5 de outubro de 2017.
- (E) 4 de setembro de 2017.

4. FCC ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 6ª REGIÃO)/JUDICIÁRIA/»SEM ESPECIALIDADE»/2018

No tocante aos direitos da personalidade,

- (A) pode-se exigir a cessação da ameaça ou lesão a direito da personalidade; se pleiteadas perdas e danos, será vedado requerer outras sanções preventivas ou punitivas.
- (B) é válida a disposição gratuita do próprio corpo, com objetivo científico, para depois da morte; é defesa a disposição com objetivo altruístico.
- (C) é admissível a limitação voluntária do exercício de direitos da personalidade, quaisquer que sejam, embora sejam intransmissíveis e irrenunciáveis por sua natureza.
- (D) de acordo com o Código Civil, salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes; o ato de disposição será admitido para fins de transplante, na forma prevista em lei especial.
- (E) o nome da pessoa não pode ser empregado por ninguém em publicações que a exponham ao desprezo público, salvo se não houver intenção difamatória ou injuriosa.

5. FCC ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 6ª REGIÃO)/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2018

Pedro de Oliveira, maior e capaz, quer acrescer a seu nome o pseudônimo “Marisco”, pois é pescador e deseja candidatar-se a vereador usando o nome pelo qual é conhecido em Cananea, o que é notório na cidade, passando a chamar-se Pedro Marisco de Oliveira. Sua pretensão

- (A) será indeferida, porque o acréscimo do pseudônimo não é permitido após a maioridade, a fim de resguardar direitos de terceiros.
- (B) será indeferida, porque “Marisco” é nome de um animal marinho, não podendo ser utilizado como pseudônimo.
- (C) poderá ser deferida, mas somente para fins sociais, estritamente, não gozando da proteção legal dada ao nome na mesma extensão.
- (D) será indeferida, porque o pseudônimo não tem previsão legal de acréscimo ao nome.
- (E) poderá ser deferida, gozando o pseudônimo, adotado para atividades lícitas, da mesma proteção que se dá ao nome.

6. FCC ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 24ª REGIÃO)/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2017

Sobre as pessoas jurídicas, à luz do Código Civil:

- (A) O prazo decadencial para anulação da constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, é de 5 anos, contado o prazo da publicação da sua inscrição no registro.
- (B) Os partidos políticos são considerados pessoas jurídicas de direito público.
- (C) O juiz poderá nomear administrador provisório à sociedade, a requerimento de qualquer interessado, se a administração da pessoa jurídica vier a faltar.
- (D) Se uma determinada pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão, em regra, por no mínimo 1/3 dos votos dos presentes.
- (E) Cassada a autorização para funcionamento da pessoa jurídica ela não subsistirá para os fins de liquidação, uma vez que possui efeitos imediatos.

7. FCC ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 2ª REGIÃO)/JUDICIÁRIA/Oficial de Justiça Avaliador Federal/2018

Uma determinada fundação privada é criada em uma cidade do interior do Estado de São Paulo para fins de promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos, sendo elaborado o estatuto dentro do prazo legal em cumprimento ao que estabelece a legislação em vigor. Após alguns anos desempenhando regularmente as atividades para as quais foi instituída é proposto por um de seus instituidores a alteração do estatuto da fundação para inclusão de novas atribuições. Neste caso, de acordo com o Código Civil, para que se possa alterar o estatuto da fundação, é necessário que a reforma não contrarie ou desvirtue o fim desta e, ainda, que seja deliberada

- (A) por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação e aprovada pelo órgão do Ministério Público no prazo máximo de 45 dias, findo o qual, ou no caso de o Ministério Público a denegar, o juiz não poderá supri-la a requerimento do interessado.
- (B) por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação e aprovada pelo órgão do Ministério Público no prazo máximo de 45 dias, findo o qual, ou no caso de o Ministério Público a denegar, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.
- (C) no mínimo, pela maioria simples dos competentes para gerir e representar a fundação e aprovada pelo órgão do Ministério Público no prazo máximo de 90 dias, findo o qual, ou no caso de o Ministério Público a denegar, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.
- (D) por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação e aprovada pelo órgão do Ministério Público no prazo máximo de 90 dias, findo o qual, ou no caso de o Ministério Público a denegar, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.
- (E) no mínimo, pela maioria simples dos competentes para gerir e representar a fundação e aprovada pelo órgão do Ministério Público no prazo máximo de 45 dias, findo o qual, ou no caso de o Ministério Público a denegar, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.

8. FCC TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 11ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/2017

A respeito das pessoas jurídicas, é correto afirmar que

- (A) as associações públicas são pessoas jurídicas de direito privado.
- (B) velará pelas fundações o Ministério Público Federal, quando estenderem a atividade por mais de um Estado da Federação.
- (C) as associações não podem ter finalidade econômica, mesmo com expressa previsão estatutária.
- (D) os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (FCC - 2021 - TJ-SC - TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR)

De acordo com a lei que o disciplina, no mandado de segurança

- (A) não se admite litisconsórcio ativo, exceto apenas para a tutela de direitos coletivos.
- (B) não é admitido o ingresso de litisconsorte ativo após o despacho da petição inicial.
- (C) não se admite, em nenhuma hipótese, litisconsórcio ativo.
- (D) será admitido o ingresso de litisconsorte ativo em qualquer fase do processo, desde que anterior à prolação da sentença.
- (E) só se admite o ingresso de litisconsorte ativo após o despacho da petição inicial se houver concordância da autoridade coatora.

2. (FCC - 2021 - TJ-SC - TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR)

De acordo com o Código de Processo Civil, o ajuizamento de ação visando declarar a inexigibilidade de débito constante de título executivo extrajudicial

- (A) não inibe o credor de promover a execução desse título.
- (B) implica a extinção do processo de execução desse título.
- (C) implica a extinção, sem resolução de mérito, dos embargos do devedor opostos contra a execução desse título.
- (D) implica a suspensão automática do processo de execução desse título até que venha a ser julgada em definitivo.
- (E) implica a suspensão automática do processo de execução desse título até que venha a ser julgada em primeiro grau de jurisdição.

3. (CC - 2021 - TJ-SC - TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR)

De acordo com o Código de Processo Civil, a liquidação de sentença

- (A) não poderá ser realizada na pendência de recurso.
- (B) exige, em todos os casos, nova citação do devedor.
- (C) observará o procedimento comum quando houver necessidade de alegar e provar fato novo.
- (D) somente será realizada por arbitramento se houver convenção das partes nesse sentido.
- (E) admite a rediscussão de todos os aspectos da lide.

4. (FCC - 2021 - TJ-SC - TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR)

De acordo com o Código de Processo Civil, a carta rogatória será expedida para que órgão jurisdicional

- (A) integrante de outro ramo da Justiça brasileira pratique ou determine o cumprimento de ato relativo a pedido de cooperação judiciária.
- (B) estrangeiro pratique ato de cooperação jurídica internacional, relativo a processo em curso perante órgão jurisdicional brasileiro.
- (C) brasileiro pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato relativo a pedido de cooperação judiciária formulado por órgão jurisdicional de competência territorial diversa.
- (D) estrangeiro ou brasileiro pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato objeto de pedido de cooperação judiciária formulado por juízo arbitral, inclusive os que importem efetivação de tutela provisória.
- (E) da primeira instância pratique, na área de sua competência territorial, ato objeto de determinação de Tribunal.

5. (FCC - 2021 - TJ-SC - TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR) Quando ordenada por juiz incompetente, a citação válida

- (A) somente produz efeitos se o processo versar sobre direitos disponíveis.
- (B) não produz efeito.
- (C) não torna litigiosa a coisa, mas constitui em mora o devedor.
- (D) torna litigiosa a coisa, mas não constitui em mora o devedor.
- (E) induz litispendência.

6. (FCC - 2021 - TJ-SC - TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR)

De acordo com o Código de Processo Civil, tramitam necessariamente em segredo de justiça os processos que versem sobre

- (A) interdição, emancipação e arbitragem, independentemente de comprovação de acordo de confidencialidade.
- (B) divórcio, inventário e danos morais.
- (C) alimentos, filiação e união estável.
- (D) casamento, divórcio e danos morais.
- (E) execução, alimentos e guarda de crianças.

7. (FCC - 2021 - TJ-SC - TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR)

De acordo com o Código de Processo Civil, o erro de forma do processo acarreta a anulação

- (A) de todos os atos do processo, desde o despacho inicial.
- (B) de todos os atos do processo, desde o ajuizamento da ação.
- (C) dos atos do juiz, mas jamais das partes.
- (D) dos atos que não possam ser aproveitados, apenas.
- (E) dos atos das partes, mas jamais do juiz.

8. (FCC - 2021 - DPE-AM - DEFENSOR PÚBLICO)

A suspensão de liminar

- (A) não alcança, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, o órgão público não personificado, ainda que a decisão constitua óbice ao exercício de seus poderes ou prerrogativas.
- (B) pode ser demandada, a qualquer momento, inclusive após o trânsito em julgado da decisão que se pretende suspender, desde que demonstrados os motivos relevantes previstos em lei.
- (C) tem como pressuposto a demonstração de que a decisão atacada gera grave lesão à ordem, saúde, segurança e economia pública ou interfira na harmonia entre os três poderes.
- (D) pode ser impugnada, se concedida ou se negada, por meio de agravo, que será levado a julgamento na sessão seguinte a sua interposição.
- (E) embora tenha natureza política, o Código de Processo Civil, ao incluí-la entre os recursos, impôs, para seu conhecimento, a observância dos requisitos recursais intrínsecos e extrínsecos.

9. (FCC - 2021 - DPE-AM - DEFENSOR PÚBLICO)

A revelia

- (A) pode ocasionar o julgamento antecipado do pedido, caso a parte autora não faça requerimento de produção de provas.
- (B) induz presunção absoluta de veracidade dos fatos alegados pela parte autora na petição inicial.
- (C) somente não gera a presunção de veracidade se as alegações de fato formuladas pela parte autora forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos.
- (D) não impede que o revel intervenha no processo no estado em que se encontre, desde que o faça antes da prolação de sentença.
- (E) contempla apenas a situação do réu que, citado pessoalmente, deixar de constituir advogado e apresentar defesa no prazo; aquele que constitui advogado no prazo, embora não apresente defesa, não pode ser considerado revel.

10. (FCC - 2021 - DPE-AM - DEFENSOR PÚBLICO)

Contra a decisão monocrática do relator versando sobre o indeferimento do pedido de tutela antecipada recursal em agravo de instrumento,

- (A) somente caberá recurso de agravo ao colegiado se houver previsão normativa no regimento interno do respectivo Tribunal de Justiça competente.
- (B) não cabe recurso, visto que tal decisão é de competência exclusiva do Relator e não está submetida ao princípio da colegialidade.
- (C) caberá somente mandado de segurança, como sucedâneo recursal, em vista da ausência de recurso cabível previsto no Código de Processo Civil de 2015.
- (D) caberá recurso de agravo interno para o respectivo órgão colegiado, dirigido ao relator da decisão.
- (E) caberá recurso de agravo interno, dirigido ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

11. (FCC - 2021 - DPE-AM - DEFENSOR PÚBLICO)

Cristiana ajuizou ação com o objetivo de reconhecer e dissolver união estável e requereu gratuidade processual. Apesar de representada pela Defensoria Pública, o pedido de gratuidade foi indeferido pelo magistrado da 1ª Vara de Família de Manaus. O recurso de agravo de instrumento em face desta decisão

- (A) está dispensado do recolhimento de custas, de modo que, caso confirmado o indeferimento da gratuidade pelo Tribunal, somente as custas e despesas posteriores serão cobradas da parte.
- (B) deve necessariamente contar com o prévio recolhimento de custas, uma vez que prevalece a tutela jurisdicional do indeferimento da gratuidade; caso venha a ter o recurso provido, a parte será reembolsada das custas recolhidas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/ JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2004)

No que diz respeito à estrutura das constituições, considere como componentes, dentre outros:

I. os consagrados nas normas destinadas a assegurar a solução dos conflitos constitucionais, a defesa da constituição, do Estado e das instituições democráticas, premunindo os meios e técnicas contra sua alteração e infringência.

II. os que se manifestam nas normas que consubstanciam o elenco dos direitos e garantias fundamentais, com exceção dos Direitos Sociais, que se enquadram em outra categoria.

Esses componentes são conhecidos, respectivamente, como elementos

- (A) limitativos e orgânicos.
- (B) de estabilização constitucional e limitativos.
- (C) formais de aplicabilidade e sócio-ideológicos.
- (D) orgânicos e formais de aplicabilidade.
- (E) sócio-ideológicos e de estabilização constitucional.

2. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/ JUDICIÁRIA/EXECUÇÃO DE MANDADOS/2004)

Tendo em vista a classificação das constituições considere:

I. A Constituição formada por um plebiscito popular sobre um projeto elaborado por uma Junta Governativa ou por um Ditador.

II. A Constituição como sendo o peculiar modo de existir do Estado, reduzido, sob forma escrita, a um documento solenemente estabelecido pelo poder constituinte e somente modificável por processos especiais e normas de conduta especiais nela própria estabelecidos.

Essas afirmações, dizem respeito, respectivamente, às constituições

- (A) cesarista e formal.
- (B) outorgada e material.
- (C) rígida e flexível.
- (D) rígida e semi-rígida.
- (E) não escrita e escrita.

3. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/ JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2016)

Dispõe o artigo 18, § 2º, da Constituição Federal: "*Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar*". De acordo com a classificação de aplicabilidade das normas constitucionais, o art. 18, § 2º da Constituição Federal de 1988 é uma norma de

- (A) eficácia contida.
- (B) eficácia plena.
- (C) princípio programático.
- (D) princípio institutivo ou organizativo.
- (E) eficácia controlada.

4. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/ JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2004)

O enunciado é *livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer* é considerado como norma constitucional

- (A) de eficácia contida.
- (B) de eficácia plena.
- (C) meramente programática.
- (D) de eficácia limitada.
- (E) de direito coletivo absoluto.

5. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/ JUDICIÁRIA/EXECUÇÃO DE MANDADOS/2004)

A norma constitucional *a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada* é considerada como

- (A) de eficácia absoluta.
- (B) de eficácia plena.
- (C) programática relativa.
- (D) de eficácia relativa restringível.
- (E) de direito coletivo dependente de complementação legislativa.

6. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/ JUDICIÁRIA/EXECUÇÃO DE MANDADOS/2004)

No que diz respeito ao Poder Constituinte observe as afirmações:

I. As formas básicas de expressão do Poder Constituinte originário restringem-se à uma Convenção ou Assembleia, desde que sejam nacionais e de natureza constituinte.

II. O Poder Constituinte derivado decorrente consiste na possibilidade de que os Estados-Membros têm de se auto-organizar, por meio das respectivas constituições estaduais, observando-se os princípios da Constituição Federal.

III. O Poder Constituinte originário é inicial, limitado e autônomo e sujeito a certas formas para manifestar sua vontade.

IV. O Poder Constituinte derivado é subordinado, condicional e pode ser reformador.

- (A) Está correto o que se afirma apenas em I e II.
- (B) Está correto o que se afirma apenas em I e IV.
- (C) Está correto o que se afirma apenas em II e III.
- (D) Está correto o que se afirma apenas em II e IV.
- (E) Está correto o que se afirma apenas em III e IV.

7. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2004)

Dentre outras, é considerada característica do Poder Constituinte originário e derivado, respectivamente, ser

- (A) decorrente e autônomo.
- (B) condicionado e decorrente.
- (C) reformador e incondicionado.
- (D) inicial e ilimitado.
- (E) autônomo e subordinado.

8. (FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/2016)

Ao dispor sobre os Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil, a Constituição prevê, expressamente, como (1) fundamento, (2) objetivo e (3) princípio de relações internacionais da República:

(1) Fundamento	(2) Objetivo	(3) Princípio de relações internacionais da República
-------------------	-----------------	--

(A)

a soberania	a construção de uma sociedade livre, justa e igualitária	a solução dos conflitos pela arbitragem
-------------	--	---

(B)

os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa	a garantia do desenvolvimento nacional	a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade
--	--	--

(C)

a cidadania	a promoção de formas alternativas de geração de energia	a independência nacional
-------------	---	--------------------------

(D)

a dignidade da pessoa humana	a proteção da infância e da juventude	a concessão de asilo político
------------------------------	---------------------------------------	-------------------------------

(E)

o parlamentarismo	a construção de uma sociedade livre, justa e igualitária	a defesa da paz
-------------------	--	-----------------

9. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2016)

O princípio da solidariedade social

- (A) não está contemplado no segmento normativo da Constituição Brasileira.
- (B) tem previsão restrita ao preâmbulo da Constituição e como tal não pode ser invocado judicialmente para seu asseguramento.
- (C) é corolário do princípio da soberania nacional que, garantindo a indissolubilidade do Estado, obriga a formação de laços de solidariedade na sua defesa.
- (D) não é princípio constitucional, mas mero fundamento da República.
- (E) é um dos três componentes estruturais do princípio democrático quando a Constituição preconiza o modelo de construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

10. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2007)

O pluralismo político é um dos

- (A) princípios da administração pública direta e indireta.
- (B) objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- (C) fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (D) princípios norteadores da República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.
- (E) direitos sociais assegurados pela Constituição Federal do Brasil.

DIREITO ADMINISTRATIVO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 18ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2013

A Administração pública tem como finalidade

- (A) a prestação de serviços aos cidadãos.
- (B) a conservação e aprimoramento de bens públicos.
- (C) a limitação dos princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas.
- (D) a ampliação da estrutura constitucional do Estado.
- (E) o estabelecimento de alicerces da formalidade e da materialidade.

2.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 24ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2017)

Em importante julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal, foi considerada inconstitucional lei que destinava verbas públicas para o custeio de evento cultural tipicamente privado, sem amparo jurídico-administrativo. Assim, entendeu a Corte Suprema tratar-se de favorecimento a seguimento social determinado, incompatível com o interesse público e com princípios que norteiam a atuação administrativa, especificamente, o princípio da

- (A) presunção de legitimidade restrita.
- (B) motivação.
- (C) impessoalidade.
- (D) continuidade dos serviços públicos.
- (E) publicidade.

3.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 24ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2017)

Em importante julgamento proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, reconheceu a Corte Superior a impossibilidade de acumulação de cargos públicos de profissionais da área da saúde quando a jornada de trabalho superar sessenta horas semanais. Assim, foi considerada a legalidade da limitação da jornada de trabalho do profissional de saúde para sessenta horas semanais, na medida em que o profissional da área da saúde precisa estar em boas condições físicas e mentais para bem exercer as suas atribuições, o que certamente depende de adequado descanso no intervalo entre o final de uma jornada de trabalho e o início da outra, o que é impossível em condições de sobrecarga de trabalho. Tal entendimento está em consonância com um dos princípios básicos que regem a atuação administrativa, qual seja, o princípio da

- (A) publicidade.
- (B) motivação.
- (C) eficiência.
- (D) moralidade.
- (E) impessoalidade.

4.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 21ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2017)

É princípio orientador das atividades desenvolvidas pela Administração pública, seja por intermédio da Administração direta, seja pela Administração indireta, sob pena de irresignação judicial, a

- (A) impessoalidade, tanto na admissão de pessoal, sujeita à exigência de prévio concurso público de provas ou de provas e títulos para preenchimento de cargos, empregos públicos, quanto na prestação dos serviços em geral pela Administração pública, vedado qualquer direcionamento.
- (B) legalidade, que impede que a Administração pública se submeta a atos normativos infralegais.
- (C) moralidade, desde que associada a outros princípios e regras previstos em nosso ordenamento jurídico.
- (D) eficiência, que impede a contratação direta de serviços pela Administração pública, garantindo a plena competição entre os interessados e sempre o menor preço para o erário público.

(E) publicidade, que exige a publicação em Diário Oficial da íntegra dos atos e contratos firmados pela Administração, além da motivação de todos os atos administrativos unilaterais.

5.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/2016)

O Supremo Tribunal Federal, em importante julgamento, considerou legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela Administração pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias, não havendo qualquer ofensa à Constituição Federal, bem como à privacidade, intimidade e segurança dos servidores. Pelo contrário, trata-se de observância a um dos princípios básicos que regem a atuação administrativa, qual seja, o princípio específico da

- (A) proporcionalidade.
- (B) eficiência.
- (C) presunção de legitimidade.
- (D) discricionariedade.
- (E) publicidade.

6.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2016)

Manoela foi irregularmente investida no cargo público de Analista do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, tendo, nessa qualidade, praticado inúmeros atos administrativos. O Tribunal, ao constatar o ocorrido, reconheceu a validade dos atos praticados, sob o fundamento de que os atos pertencem ao órgão e não ao agente público. Trata-se de aplicação específica do princípio da

- (A) impessoalidade.
- (B) eficiência.
- (C) motivação.
- (D) publicidade.
- (E) presunção de veracidade.

7.(FCC - JUIZ DO TRABALHO (TRT 1ª REGIÃO)/2016)

São princípios previstos na Constituição Federal e que devem ser obedecidos pela Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios:

- I. Pessoaalidade
- II. Legalidade
- III. Formalidade
- IV. Eficiência

Está correto o que consta em

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

8.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 20ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2016)

Em importante julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal, considerou a Suprema Corte, em síntese, que no julgamento de impeachment do Presidente da República, todas as votações devem ser abertas, de modo a permitir maior transparência, controle dos representantes e legitimação do processo. Trata-se, especificamente, de observância ao princípio da

- (A) publicidade.
- (B) proporcionalidade restrita.
- (C) supremacia do interesse privado.
- (D) presunção de legitimidade.
- (E) motivação.

9.(FCC - JUIZ DO TRABALHO (TRT 6ª REGIÃO)/2015)

Acerca dos princípios informativos da Administração pública, considere:

I. O princípio da publicidade aplica-se também às entidades integrantes da Administração indireta, exceto àquelas submetidas ao regime jurídico de direito privado e que atuam em regime de competição no mercado.

II. O princípio da moralidade é considerado um princípio prevalente e a ele se subordinam os demais princípios reitores da Administração.

III. O princípio da eficiência, que passou a ser explicitamente citado pela Carta Magna a partir da Emenda Constitucional nº 19/1998, aplica-se a todas as entidades integrantes da Administração direta e indireta.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) III.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I.
- (E) II.